



3º Simulado

Juiz TRF 3

Simulado Juiz TRF 3º Região

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para Juiz do TRF 3º;
- 2 - A prova contém **100 questões** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora, com questões A, B, C, D.
- 4 - Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 - Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 - O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 - Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-Juiz-TRF3-28-11-21>

- | | | | | |
|--------------|--------------|--------------|--------------|---------------|
| 01 - A B C D | 21 - A B C D | 41 - A B C D | 61 - A B C D | 81 - A B C D |
| 02 - A B C D | 22 - A B C D | 42 - A B C D | 62 - A B C D | 82 - A B C D |
| 03 - A B C D | 23 - A B C D | 43 - A B C D | 63 - A B C D | 83 - A B C D |
| 04 - A B C D | 24 - A B C D | 44 - A B C D | 64 - A B C D | 84 - A B C D |
| 05 - A B C D | 25 - A B C D | 45 - A B C D | 65 - A B C D | 85 - A B C D |
| 06 - A B C D | 26 - A B C D | 46 - A B C D | 66 - A B C D | 86 - A B C D |
| 07 - A B C D | 27 - A B C D | 47 - A B C D | 67 - A B C D | 87 - A B C D |
| 08 - A B C D | 28 - A B C D | 48 - A B C D | 68 - A B C D | 88 - A B C D |
| 09 - A B C D | 29 - A B C D | 49 - A B C D | 69 - A B C D | 89 - A B C D |
| 10 - A B C D | 30 - A B C D | 50 - A B C D | 70 - A B C D | 90 - A B C D |
| 11 - A B C D | 31 - A B C D | 51 - A B C D | 71 - A B C D | 91 - A B C D |
| 12 - A B C D | 32 - A B C D | 52 - A B C D | 72 - A B C D | 92 - A B C D |
| 13 - A B C D | 33 - A B C D | 53 - A B C D | 73 - A B C D | 93 - A B C D |
| 14 - A B C D | 34 - A B C D | 54 - A B C D | 74 - A B C D | 94 - A B C D |
| 15 - A B C D | 35 - A B C D | 55 - A B C D | 75 - A B C D | 95 - A B C D |
| 16 - A B C D | 36 - A B C D | 56 - A B C D | 76 - A B C D | 96 - A B C D |
| 17 - A B C D | 37 - A B C D | 57 - A B C D | 77 - A B C D | 97 - A B C D |
| 18 - A B C D | 38 - A B C D | 58 - A B C D | 78 - A B C D | 98 - A B C D |
| 19 - A B C D | 39 - A B C D | 59 - A B C D | 79 - A B C D | 99 - A B C D |
| 20 - A B C D | 40 - A B C D | 60 - A B C D | 80 - A B C D | 100 - A B C D |

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

01. Após um processo revolucionário que desencadeou um golpe de Estado, o grupo vencedor impôs novo regramento de organização do Estado Alfa, a partir da produção de um documento solene, sem a consulta popular. Conforme redação dessa Carta, parte de seus dispositivos, para serem alterados, dependeriam de processo legislativo bem mais rigoroso do que o utilizado para a atualização de leis comuns. Outra parte, entretanto, poderia ser alterada da mesma maneira das leis. Considerando as informações fornecidas, é correto afirmar que essa Constituição deve ser classificada como:

- a) outorgada e semirrígida.
- b) promulgada e rígida.
- c) cesarista e semirrígida.
- d) cesarista e flexível.

02. O Congresso Nacional aprovou proposta de emenda à Constituição (PEC), de iniciativa de um terço do Senado, para modificar os critérios de escolha de Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). A respeito do caso narrado, de acordo com as normas constitucionais referentes ao poder de reforma da Constituição, aponte a alternativa correta.

- a) A emenda é inconstitucional, por vício de iniciativa, uma vez que PEC a respeito do Poder Judiciário é de iniciativa privativa do Supremo Tribunal Federal.
- b) O vício de iniciativa no processo legislativo tanto das leis quanto das emendas à Constituição Federal poderá ser sanado pela sanção presidencial.
- c) No processo legislativo das emendas à Constituição Federal, diferente do que ocorre no processo legislativo ordinário, não há sanção e nem veto. A única participação do Presidente da República é na iniciativa.

d) A emenda é formalmente inconstitucional, uma vez que não foi apresentada por nenhum dos legitimados descritos na Constituição Federal.

03. O Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul julgou o mérito de representação de inconstitucionalidade proposta contra lei do município de Dourados-MS, por violação exclusiva de norma de reprodução obrigatória constante da Constituição estadual. A respeito do caso narrado, indique a assertiva correta.

- a) O Tribunal de Justiça, ao julgar a causa, invadiu a competência do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria, uma vez que o controle de constitucionalidade tem por parâmetro exclusivo a Constituição Federal.
- b) Da decisão proferida pelo Tribunal de Justiça, cabe a interposição de recurso extraordinário, porque o fundamento da decisão é preceito contido na Constituição Federal.
- c) Da decisão, não cabe recurso extraordinário, porque o controle de constitucionalidade de leis municipais não é da competência do Supremo Tribunal Federal, mas do Tribunal de Justiça.
- d) A decisão do Tribunal de Justiça possui eficácia contra todos e efeito vinculante.

04. A respeito da competência para legislar sobre inquérito policial, nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, indique a alternativa correta.

- a) A competência legislativa é privativa da União.
- b) Os estados somente poderiam legislar sobre a matéria se não houvesse legislação federal.
- c) A competência é concorrente, de modo que os estados exercem competência suplementar sobre o tema.
- d) A competência legislativa só poderia ser exercida pelos estados se houvesse delegação da União, por meio de lei complementar.

Simuldo Juiz TRF 3º região - 28/11/2021

05. Ramon, Venezuelano, estabeleceu residência legal no Brasil. Após 15 anos ininterruptos de residência e não tendo condenação criminal, fez o requerimento da nacionalidade brasileira, tendo sido prontamente atendido. Dois anos após a obtenção da nacionalidade, associou-se a traficantes e de modo intenso, começou a levar e buscar cocaína da Colômbia para o Brasil. A respeito da situação hipotética narrada, aponte a única alternativa correta.

- a) A obtenção da nacionalidade brasileira por Ramon deu-se de modo regular, tendo sido atendidos, à data do requerimento, todos os requisitos exigidos pela Constituição Federal, cabendo ao Estado apenas reconhecer-lhe o direito.
- b) Pelo crime narrado, Ramon não poderia ser extraditado do Brasil para a Colômbia, uma vez que o crime foi praticado quando já havia adquirido a nacionalidade brasileira na condição primária.
- c) O ato praticado por Ramon poderia ser considerado, em tese, nocivo ao interesse nacional, motivo pelo qual poderia, após o devido processo judicial, sofrer a perda da naturalização, por decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça.
- d) Ramon, após eventual condenação transitada em julgado pelo crime de tráfico de entorpecente, sofreria a suspensão de direitos políticos, exceto se a pena privativa de liberdade fosse convertida em restritiva de direitos.

06. A respeito do Poder Legislativo, indique a assertiva correta.

- a) Consoante entendimento do Supremo Tribunal Federal, o foro por prerrogativa de função conferido aos deputados federais e senadores se aplica apenas a crimes cometidos no exercício do cargo e em razão das funções a ele relacionadas.
- b) Segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal, a infidelidade partidária provoca a perda de mandato nas eleições proporcionais e nas eleições majoritárias.

c) Conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal, é inconstitucional dispositivo regimental da Câmara dos Deputados que limita em cinco a criação simultânea de Comissões Parlamentares de Inquérito, pois constitui obstáculo à livre atuação da função fiscalizadora da Casa Legislativa.

d) Em decorrência da imunidade parlamentar, ao Judiciário é vedado, por autoridade própria, aplicar medidas cautelares processuais descritas no artigo 319 do Código de Processo Penal.

07. Firmino, pecuarista influente no Mato Grosso do Sul, foi denunciado por diversos crimes contra a Administração Pública e contra a ordem econômica. Em sessão plenária, mais da metade dos membros do Tribunal de Justiça se declarou em condição de suspeição, por foro íntimo, para atuação no feito. Diante do caso narrado, à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e consoante redação expressa da Constituição Federal, a competência para julgar Firmino é

- a) do Superior Tribunal de Justiça
- b) do próprio Tribunal de Justiça, que deverá convocar desembargadores substitutos.
- c) do Tribunal Regional Federal da respectiva região.
- d) do Supremo Tribunal Federal.

08. Com relação ao poder constituinte e ao direito constitucional intertemporal, assinale a opção correta.

- a) O Poder Constituinte Derivado, como poder político e não jurídico, tem como características ser limitado, condicionado, secundário e dependente.
- b) Lei infraconstitucional anterior à Constituição será por esta recepcionada quando guardar compatibilidade material com a nova Constituição, sendo irrelevante a compatibilidade formal.
- c) O Poder Constituinte utilizado na criação da Constituição Estadual é espécie de poder originário, com aplicação apenas estadual.

Simuldo Juiz TRF 3º região - 28/11/2021

d) Entende-se por mutação constitucional a mudança na redação da Constituição, para adequação de suas normas à realidade sociopolítica.

09. Lei do Município de Petrópolis-RJ dispôs sobre o serviço local de gás canalizado, o que violou a Constituição Federal no que concerne à repartição de competências. Inconformado, o Governador do Rio de Janeiro pretende combater a inconstitucionalidade da lei municipal por meio de ação do controle abstrato de constitucionalidade. A respeito do caso narrado, aponte a assertiva correta.

a) A lei municipal poderá ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade da competência do Supremo Tribunal Federal.

b) O Governador do Rio de Janeiro não tem legitimidade para propor ação de controle abstrato de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.

c) A inconstitucionalidade da lei municipal só poderá ser analisada pelo Supremo Tribunal Federal pela via incidental.

d) A lei municipal poderá ser combatida perante o Supremo Tribunal Federal por meio da arguição de descumprimento de preceito fundamental.

10. A respeito dos direitos e garantias fundamentais, aponte a alternativa correta.

a) A enumeração dos direitos fundamentais no texto constitucional não é exaustiva, de forma que há também direitos e garantias fundamentais nas leis infraconstitucionais e nos tratados internacionais.

b) A lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato e nem o registro no órgão competente, uma vez que o direito é decorrente de liberdade.

c) O brasileiro que adquirir outra nacionalidade perderá, automaticamente, a nacionalidade brasileira.

d) Os direitos e garantias fundamentais enumerados na Constituição Federal são assegurados apenas aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no Brasil.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Felipe Cavalcanti

11. A respeito do financiamento da seguridade social, assinale a alternativa incorreta:

a) O prazo nonagesimal previsto no art. 150, III, c, da Constituição Federal somente deve ser utilizado nos casos de criação ou majoração de tributos, não nas situações de simples prorrogação de alíquota já aplicada anteriormente.

b) No âmbito do Regime Geral de Previdência Social, somente lei pode criar benefícios e vantagens previdenciárias, não havendo, por ora, previsão legal do direito à 'desaposentação', sendo constitucional a regra do art. 18, § 2º, da Lei nº 8.213/91.

c) É constitucional a incidência de contribuição sobre a renda auferida pelo trabalhador, podendo ser adotadas alíquotas progressivas de acordo com o valor do salário de contribuição, não incidindo contribuição sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo Regime Geral de Previdência Social, salvo na hipótese de déficit no respectivo regime, quando a contribuição ordinária dos aposentados e pensionistas poderá incidir sobre o valor dos proventos de aposentadoria e de pensões que supere o salário-mínimo.

d) É legítima a incidência de contribuição social sobre o valor satisfeito a título de terço constitucional de férias.

12. Dentre as alternativas abaixo, aponte a única que não integra o salário de contribuição.

a) As gratificações habituais que não tenham sido expressamente pactuadas.

b) O auxílio-creche.

c) Décimo-terceiro salário.

Simuldo Juiz TRF 3º região - 28/11/2021

d) O auxílio-alimentação recebido em pecúnia.

13. Após a edição da Emenda Constitucional n. 103/19, os regimes próprios de previdência social:

a) não poderão conceder benefícios distintos dos previstos no Regime Geral de Previdência Social, de que trata a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, salvo disposição em contrário da Constituição Federal;

b) somente poderão conceder os benefícios de aposentadoria e pensão por morte;

c) somente poderão conceder os benefícios de aposentadoria, pensão por morte e salário-maternidade;

d) somente poderão conceder os benefícios de aposentadoria, pensão por morte, salário-maternidade e benefícios por incapacidade temporária;

14. Dentre as alternativas abaixo, aponte a hipótese que apresenta benefícios acumuláveis por trabalhador da iniciativa privada:

a) Auxílio-doença com seguro-desemprego, na hipótese de reconhecimento retroativo da incapacidade.

b) Auxílio-acidente com aposentadoria, quando o auxílio é anterior a 11/11/1997 e a aposentadoria é posterior àquela data.

c) aposentadoria e pensão por morte, que tenham fatos geradores ocorridos após a publicação da Emenda Constitucional n. 103/19.

d) mais de uma aposentadoria.

DIREITO PENAL

Michael Procópio

15. Assinale a alternativa correta:

a) Se houver concurso de crimes, os prazos prescricionais deverão ser considerados de forma

individualizada, exceto se a pena de uma infração for mais leve que a outra.

b) Na continuidade delitiva, o aumento decorrente do reconhecimento do próprio crime continuado não deve ser utilizado para a estipulação do prazo prescricional.

c) As únicas hipóteses de crimes imprescritíveis prevista em lei são aqueles praticados por grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado democrático.

d) Não poderá, em hipótese alguma, constar da folha de antecedentes o caso em que houve o reconhecimento da prescrição da pretensão executória.

16. Acerca do *iter criminis*, assinale a alternativa correta:

a) Os atos preparatórios de um crime não podem ser punidos.

b) Para a diferenciação dos atos preparatórios para os atos executórios, prevalece na doutrina a teoria subjetiva.

c) No crime qualificado pelo resultado, o crime se consuma com a produção do resultado naturalístico não desejado nem aceito pelo agente.

d) Na extorsão mediante sequestro, com o pagamento do preço do resgate, haverá o exaurimento do crime.

17. Assinale a alternativa correta:

a) No caso de concurso de pessoas, em qualquer caso, todos os agentes devem responder pela mesma infração penal.

b) O Código Penal não conceituou nem diferenciou autor de partícipe, mas a doutrina e a jurisprudência adotam de forma unânime a teoria objetivo-formal.

c) O liame subjetivo não significa a necessidade de prévio ajuste (*pactum sceleris*) nem mesmo de bilateralidade.

Simuldo Juiz TRF 3º região - 28/11/2021

d) No caso de cooperação dolosamente distinta, a pena do agente será aumentada em dois terços, se a prática do delito mais grave lhe era previsível, respondendo ainda pelo crime menos grave.

18. Assinale a alternativa correta:

- a) Nem todos os efeitos extrapenais, previstos nos artigos 91, 91-A e 92 do Código Penal, aplicam-se aos crimes punidos com detenção.
- b) No regime fechado, é admissível o trabalho externo, bem como a frequência a cursos supletivos profissionalizantes, de instrução de segundo grau ou superior.
- c) Qualquer condenado, cuja pena seja igual ou inferior a 4 (quatro) anos, poderá, desde o início, cumpri-la em regime aberto.
- d) Na prisão simples, o regime inicial de cumprimento de pena deverá ser, obrigatoriamente, o regime aberto.

19. De acordo com jurisprudência sumulada do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que:

- a) É proibido substituir a pena de prisão por multa, quando cominadas cumulativamente penas privativa de liberdade e pecuniária.
- b) É permitido o estabelecimento de regime prisional mais gravoso do que o cabível em razão da sanção imposta, com base apenas na gravidade abstrata do delito.
- c) É inadmissível a fixação de pena substitutiva (art. 44 do CP) como condição especial ao regime aberto.
- d) É admissível a adoção do regime prisional aberto aos reincidentes condenados a pena igual ou inferior a quatro anos se favoráveis as circunstâncias judiciais.

20. Assinale a alternativa correta quanto ao concurso de crimes e a continuidade delitiva:

a) No concurso formal próprio de crimes, é admitida apenas a adoção do sistema da exasperação.

b) A aplicação do sistema da exasperação é reservada para o concurso formal próprio e a continuidade delitiva.

c) O reconhecimento da espécie de concurso de crimes e aplicação do sistema de imposição de penas adequado devem ser feitos exclusivamente pelo juiz do processo de conhecimento, mesmo se os crimes forem tratados em autos diversos.

d) No concurso material, o benefício da suspensão do processo não é aplicável em relação às infrações penais cometidas, quando a pena mínima cominada, seja pelo somatório, seja pela incidência da majorante, ultrapassar o limite de dois (02) anos.

21. Acerca do que prevê o Código Penal sobre medida de segurança, assinale a alternativa correta:

- a) De acordo com o Código Penal, deve-se aplicar a medida de segurança detentiva no caso de crimes puníveis com detenção.
- b) A desinternação, ou a liberação, será sempre condicional, devendo ser restabelecida a situação anterior apenas se o agente, antes do decurso de 1 (um) ano, praticar crime.
- c) O prazo da medida de segurança é indeterminado, estendendo-se até que perícia médica averigue a cessação da periculosidade.
- d) Em qualquer fase do tratamento ambulatorial, poderá o juiz determinar a internação do agente, se essa providência for necessária para fins de prevenção de crimes.

LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL

Ivan Marques

22. Aponte a alternativa CORRETA a respeito do afastamento do agressor do lar conjugal verificada a existência de risco atual ou iminente à vida ou à integridade física da mulher em situação de violência

doméstica e familiar, ou de seus dependentes, nos termos da Lei Maria da Penha:

- a) o juiz somente poderá fazê-lo a requerimento da ofendida, após apresentar a notitia criminis para a autoridade policial.
- b) qualquer policial poderá fazê-lo, desde que presentes os requisitos legais.
- c) qualquer delegado poderá decidir a respeito mesmo que exista juiz na Comarca.
- d) o juiz sempre será comunicado em 48 horas do afastamento do agressor do lar.

23. Indique a alternativa INCORRETA a respeito do procedimento penal dos crimes falenciais:

- a) Intimado da sentença que decreta a falência ou concede a recuperação judicial, o Ministério Público, verificando a ocorrência de qualquer crime previsto nesta Lei, promoverá imediatamente a competente ação penal ou, se entender necessário, requisitará a abertura de inquérito policial.
- b) Decorrido o prazo para oferecimento da denúncia, caberá ao administrador judicial ou a um dos credores habilitados oferecer queixa-crime subsidiária no prazo decadencial de 6 (seis) meses.
- c) O crime de fraude contra credores (art. 168 da Lei 11.101/2005), assim como acontece no Código Penal com o crime de fraude à execução (art. 179), somente se processa mediante queixa.
- d) Recebida a denúncia ou a queixa, observar-se-á o rito sumário.

24. Aponte a alternativa CORRETA a respeito da Lei 11.343/2006 (Lei de Drogas):

- a) a natureza da droga é uma circunstância a ser valorada na pena-base pelo magistrado.
- b) o comércio efetivo da droga é pressuposto de tipicidade para o delito de associação para o tráfico de drogas.
- c) o tráfico internacional configura tipo autônomo, enquanto o tráfico interestadual é majorante.
- d) o crime de oferecer droga, eventualmente e sem objetivo de lucro, a pessoa de seu relacionamento, para juntos a consumirem, encontra tipicidade no art. 28 da Lei de Drogas.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Leonardo Tavares

25. Sobre a prisão em flagrante, assinale a alternativa correta:

- a) o flagrante impróprio ocorre quando o agente é encontrado, logo depois, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele autor da infração;
- b) admite-se no ordenamento jurídico brasileiro o denominado “flagrante preparado ou provocado”;
- c) nas infrações permanentes, enquanto não cessar a sua permanência, estará o agente em flagrante delito;
- d) não se admite a prisão em flagrante nos crimes continuados;

26. Sobre a prisão preventiva, assinale a alternativa correta:

- a) é incabível nos casos de apresentação espontânea por parte do autor do crime;
- b) não se aplica à infração a que não for isolada, cumulativa ou alternativamente cominada pena privativa de liberdade;
- c) pode ser decretada, ordinariamente, em sede de crime culposos;
- d) pode ser decretada pelo juiz, de ofício, somente em fase de processo;

27. Sobre as medidas cautelares:

- a) Uma vez aplicada a medida cautelar diversa da prisão, o juiz não poderá substituí-la por outra ou impor nova medida cumulativamente.
- b) No curso da investigação criminal, as medidas cautelares pessoais poderão ser decretadas por representação da autoridade policial ou a requerimento do Ministério Público.

Simuldo Juiz TRF 3º região - 28/11/2021

c) A medida cautelar de recolhimento domiciliar no período noturno poderá ser decretada pelo juiz, de ofício ou a requerimento das partes, no curso do inquérito policial, quando houver necessidade de garantir a aplicação da lei penal ou resguardar a instrução criminal.

d) A liberdade provisória somente poderá ser concedida se o juiz aplicar cumulativamente medidas cautelares diversas da prisão para evitar a fuga do acusado. Além disso, poderá cumular a aplicação das medidas cautelares outras com o arbitramento de fiança.

28. Considere as alternativas a seguir a respeito das medidas cautelares e marque a assertiva correta, considerando as alterações promovidas no Código de Processo Penal por meio da Lei nº 13.964/2019 (Pacote Anticrime).

a) no curso do processo, as medidas cautelares serão decretadas pelo juiz, mediante provocação dos legitimados; exceção para a conversão do flagrante em preventiva, quando o juiz não dependerá de requerimento ou representação.

b) ressalvados os casos de urgência ou de perigo de ineficácia da medida, o juiz, ao receber o pedido de medida cautelar, determinará a intimação da parte contrária, para se manifestar no prazo de 5 (cinco) dias, e os casos de urgência ou de perigo deverão ser justificados e fundamentados em decisão que contenha elementos do caso concreto que justifiquem essa medida excepcional.

c) somente a requerimento das partes é que o juiz poderá revogar a medida cautelar ou substituí-la quando verificar a falta de motivo para que subsista, bem como voltar a decretá-la, se sobrevierem razões que a justifiquem.

d) dada sua natureza de caução, não é possível a cumulação da fiança com outras medidas cautelares.

29. A respeito da prisão preventiva, assinale a alternativa correta.

a) Segundo a jurisprudência, não é cabível decretação de prisão preventiva com fundamento apenas no

clamor público para restabelecimento da ordem social abalada pela gravidade do fato.

b) Também será admitida a prisão preventiva quando houver dúvida sobre a identidade civil da pessoa ou quando esta não fornecer elementos suficientes para esclarecê-la, devendo o preso ser colocado imediatamente em liberdade após a identificação, promovendo-se, depois e necessariamente, a identificação criminal.

c) De acordo com o STF, a natureza e a quantidade da droga apreendida não podem ser parâmetros para evidenciar a gravidade concreta da conduta capaz de justificar a ordem de prisão cautelar no tráfico.

d) Será admitida prisão preventiva se o crime envolver violência doméstica e familiar contra a mulher, criança, adolescente, idoso, enfermo ou pessoa com deficiência, independentemente da pena e da existência de medidas protetivas de urgência.

30. Em relação à prisão em flagrante, marque a alternativa correta.

a) Por segurança dos agentes públicos, o preso não tem direito à identificação dos responsáveis pela sua prisão, salvo se apresentadas razões de seu interesse à autoridade judicial.

b) Em até 24 (vinte e quatro) horas após a prisão, deverá ser lavrado o auto de prisão em flagrante e comunicados a família do preso ou pessoa por ele indicada.

c) A autoridade policial somente poderá conceder fiança nos casos de infração cuja pena privativa de liberdade máxima não seja superior a 2 anos.

d) O flagrante impróprio ocorre quando o agente é perseguido após o cometimento da infração em situação que faça se presumir ser ele o autor do delito.

31. De acordo com as diretrizes normativas sobre as prisões em flagrante e preventiva, identifique a assertiva correta:

Simuldo Juiz TRF 3º região - 28/11/2021

- a) Não se imporá a prisão em flagrante à pessoa flagrada na prática de crime de furto simples de coisa avaliada em valor menor que R\$ 1.100,00 (mil e cem reais).
- b) Não se imporá a prisão em flagrante a senador flagrado na prática de crime de estelionato.
- c) O Código de Processo Penal autoriza que seja decretada a prisão preventiva de acusado que tenha descumprido, em outro processo, medida cautelar diversa da prisão.
- d) A prisão preventiva, atualmente, possui prazo máximo de duração determinado em lei e deve atender ao princípio da proporcionalidade.

32. Considere a seguinte situação hipotética: a autoridade policial recebeu a notícia de que uma pessoa estaria praticando furto no interior de uma agência bancária (CEF), bem como que estaria sendo utilizado um veículo vermelho, com as placas da cidade de Guáira/PR, para a prática criminosa. De posse das imagens de câmera de segurança que demonstravam as características do indivíduo, enquanto praticava o fato, preferiu-se aguardar o término da prática criminosa, caso em que o agente foi preso ao sair do estacionamento da agência com o veículo mencionado pelas testemunhas. Nesse caso, o flagrante pode ser considerado

- a) ilegal, pois a atuação da equipe policial tornou impossível a consumação do delito.
- b) impróprio, tendo em vista que a prisão ocorreu por força de situação que fazia se presumir a autoria.
- c) prorrogado, o qual é admitido em nosso ordenamento jurídico em hipóteses excepcionais.
- d) legal e esperado, caracterizando-se pelo aguardo da consumação do crime para se efetuar a prisão.

DIREITO ECONÔMICO E CONSUMIDOR

Igor Maciel

33. Gilson, idoso e analfabeto, é aposentado pelo INSS. Necessitando de recursos para realizar um

procedimento cirúrgico, ele procurou uma agência bancária com o objetivo de celebrar contrato de empréstimo consignado. Acerca dos fatos narrados, é correto afirmar:

- a) Segundo a legislação civil comum, no contrato de prestação de serviço, quando qualquer das partes não souber ler, nem escrever, o instrumento poderá ser assinado a rogo e subscrito por uma testemunha.
- b) Nas hipóteses em que o consumidor está impossibilitado de ler ou escrever, acentua-se a hipossuficiência natural do mercado de consumo, inviabilizando o efetivo acesso e conhecimento às cláusulas e obrigações pactuadas por escrito, de modo que torna-se impossível a celebração de contrato de mútuo, em que a restituição da coisa emprestada se faz mediante o débito de parcelas diretamente do benefício previdenciário.
- c) A aposição de digital substitui a assinatura a rogo, de modo que sua inclusão em contrato escrito faz prova da identidade do contratante, da sua reconhecida impossibilidade de assinar, bem como da concordância com os termos contratuais.
- d) É válida a contratação de empréstimo consignado por analfabeto mediante a assinatura a rogo, a qual não se confunde, tampouco poderá ser substituída, pela mera aposição de digital ao contrato escrito.

34. Acerca da disciplina de Conciliação no Superendividamento, no Código de Defesa do Consumidor, é correto afirmar:

- a) A requerimento do consumidor superendividado pessoa natural, o juiz poderá instaurar processo de repactuação de dívidas, com vistas à realização de audiência conciliatória, presidida por ele ou por conciliador credenciado no juízo, com a presença de todos os credores de dívidas sujeitas à repactuação, na qual esses apresentarão ao consumidor proposta de plano de pagamento com prazo máximo de 5 (cinco) anos, preservados o mínimo existencial, nos termos da regulamentação, e as garantias e as formas de pagamento originalmente pactuadas.
- b) Incluem-se do processo de repactuação as dívidas decorrentes de relações de consumo oriundas de dívidas provenientes de contratos de crédito com

garantia real, de financiamentos imobiliários e de crédito rural.

c) O não comparecimento injustificado de qualquer credor, ou de seu procurador com poderes especiais e plenos para transigir, à audiência de conciliação de repactuação de dívidas acarretará a suspensão da exigibilidade do débito e a interrupção dos encargos da mora, bem como a sujeição compulsória ao plano de pagamento da dívida se o montante devido ao credor ausente for certo e conhecido pelo consumidor, devendo o pagamento a esse credor ser estipulado para ocorrer apenas após o pagamento aos credores presentes à audiência conciliatória.

d) No caso de conciliação, com qualquer credor, a sentença judicial que homologar o acordo descreverá o plano de pagamento da dívida e terá eficácia de título executivo, sem força de coisa julgada.

35. No que tange às relações consumeristas e práticas abusivas, à luz da Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar:

a) A relação entre concessionária de serviço público e o usuário final para o fornecimento de serviços públicos essenciais é de natureza pública, sendo inaplicável o Código de Defesa do Consumidor.

b) É admitida a revisão das taxas de juros remuneratórios em situações excepcionais, desde que caracterizada a relação de consumo e que a abusividade, capaz de colocar o consumidor em desvantagem exagerada, fique cabalmente demonstrada, ante as peculiaridades do julgamento em concreto.

c) A ação de indenização por danos morais decorrente da inscrição indevida em cadastro de inadimplentes sujeita-se ao prazo quinquenal do art. 27 do CDC, diante do altíssimo prejuízo ao consumidor.

d) As normas do Código de Defesa do Consumidor são aplicáveis aos contratos do Sistema Financeiro de Habitação - SFH, ainda que vinculados ao Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS e posteriores à entrada em vigor da Lei n. 8.078/90.

DIREITO CIVIL

Gustavo Arruda

36. A Lei 13.874/2019 alterou o Código Civil para, entre outras coisas, ressaltar que a pessoa jurídica não se confunde com os seus sócios, associados, instituidores ou administradores, sendo a autonomia patrimonial um instrumento lícito de alocação e segregação de riscos (art. 49-A, Código Civil). Para efeito de desconsideração da personalidade jurídica,

a) O desvio de finalidade fica caracterizado com a mera expansão ou a alteração da finalidade original da atividade econômica específica da pessoa jurídica.

b) Entende-se por confusão patrimonial a ausência de separação de fato entre os patrimônios, caracterizada, por exemplo, pela transferência de ativos ou de passivos sem efetivas contraprestações, exceto os de valor proporcionalmente insignificante.

c) A mera existência de grupo econômico já autoriza a desconsideração da personalidade da pessoa jurídica.

d) Entende-se por confusão patrimonial a ausência de separação de fato entre os patrimônios, caracterizada, por exemplo, pelo cumprimento ainda que esporádico pela sociedade de obrigações do sócio ou do administrador ou vice-versa

37. A Lei 13.874/2019 também alterou o Código Civil para disciplinar os fundos de investimento. De acordo com o art. 1.368-C do Código Civil, o fundo de investimento é uma comunhão de recursos, constituído sob a forma de condomínio de natureza especial, destinado à aplicação em ativos financeiros, bens e direitos de qualquer natureza. Sobre este assunto é possível afirmar que:

a) O regulamento do fundo de investimento poderá estabelecer classes de cotas com direitos e obrigações distintos, com possibilidade de constituir patrimônio segregado para cada classe.

Simuldo Juiz TRF 3º região - 28/11/2021

b) O registro dos regulamentos dos fundos de investimentos será feito no Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

c) Fundo de investimento constituído sem a limitação de responsabilidade não poderá adotar essa limitação, nem para fatos ocorridos após a respectiva mudança em seu regulamento.

d) Se o fundo de investimento com limitação de responsabilidade não possuir patrimônio suficiente para responder por suas dívidas, aplicam-se as regras da Lei de Falência e Recuperação Judicial (Lei 11.101/2005).

38. Sobre a interpretação do negócio jurídico, assinale a alternativa CORRETA:

a) O negócio jurídico deverá ser sempre interpretado de forma mais benéfica ao devedor.

b) A interpretação do negócio jurídico deve lhe atribuir o sentido que for mais justo, de acordo com o princípio da dignidade humana, ainda que não confirmado pelo comportamento das partes em momento posterior.

c) A interpretação do negócio jurídico deve lhe atribuir o sentido que for mais benéfico à parte que não redigiu o dispositivo, se identificável.

d) Os negócios jurídicos benéficos e a renúncia interpretam-se extensivamente.

39. A liberdade contratual será exercida nos limites da função social do contrato.

a) Nas relações contratuais privadas, prevalecerão o princípio da intervenção mínima e a excepcionalidade da revisão contratual.

b) Segundo o princípio da intervenção mínima, as partes NÃO podem estabelecer parâmetros objetivos para a interpretação das cláusulas negociais e de seus pressupostos de revisão ou de resolução.

c) A alocação de riscos definida pelas partes deve ser balanceada pelo Juiz sempre que necessário.

d) A revisão contratual ocorrerá de maneira regular e ilimitada.

40. Multipropriedade é o regime de condomínio em que cada um dos proprietários de um mesmo imóvel é titular de uma fração de tempo, à qual corresponde a faculdade de uso e gozo, com exclusividade, da totalidade do imóvel, a ser exercida pelos proprietários de forma alternada (art. 1.358-C, do Código Civil).

a) O imóvel objeto da multipropriedade está sujeito a ação de divisão ou de extinção de condomínio.

b) As frações de tempo são consideradas divisíveis.

c) Os multiproprietários não terão direito a uma quantidade mínima de dias seguidos durante o ano, nem poderá haver aquisição de frações maiores que a mínima, com o correspondente direito ao uso por períodos também maiores.

d) A multipropriedade não se extinguirá automaticamente se todas as frações de tempo forem do mesmo multiproprietário.

41. Qualquer interessado na extinção da dívida pode pagá-la, usando, se o credor se opuser, dos meios conducentes à exoneração do devedor (art. 304, do Código Civil).

a) Não cabe igual direito ao não interessado, se o fizer em nome e à conta do devedor, precisando sempre do seu consentimento.

b) O terceiro não interessado, que paga a dívida em seu próprio nome, tem direito a reembolsar-se do que pagar; mas não se sub-roga nos direitos do credor.

c) O pagamento feito por terceiro, com desconhecimento ou oposição do devedor, obriga mesmo assim a reembolsar aquele que pagou, salvo se o devedor tinha meios para ilidir a ação.

d) Terá eficácia o pagamento que importar transmissão da propriedade, mesmo quando feito por quem não possa alienar o objeto em que ele consistiu.

Simuldo Juiz TRF 3º região - 28/11/2021

42. Considera-se em mora o devedor que não efetuar o pagamento e o credor que não quiser recebê-lo no tempo, lugar e forma que a lei ou a convenção estabelecer (art. 394, do Código Civil).

- a) Mesmo que a prestação, devido à mora, se torne inútil ao credor, este deverá recebê-la, mas poderá, neste caso, exigir a satisfação das perdas e danos.
- b) A mora do credor subtrai o devedor isento de dolo à responsabilidade pela conservação da coisa, obriga o credor a ressarcir as despesas empregadas em conservá-la, e sujeita-o a recebê-la pela estimação mais favorável ao devedor, se o seu valor oscilar entre o dia estabelecido para o pagamento e o da sua efetivação.
- c) A constituição do devedor em mora dependerá sempre de interpelação, mesmo em caso de inadimplemento da obrigação, positiva e líquida, no seu termo.
- d) Nas obrigações provenientes de ato ilícito, considera-se o devedor em mora, desde a data da citação.

43. Sobre a extinção dos contratos, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A parte lesada pelo inadimplemento pode pedir a resolução do contrato, se não preferir exigir-lhe o cumprimento, cabendo, em qualquer dos casos, indenização por perdas e danos.
- b) O contrato que exige forma pública pode ser desfeito por forma particular.
- c) Não se admite rescisão unilateral.
- d) Nos contratos unilaterais, nenhum dos contratantes, antes de cumprida a sua obrigação, pode exigir o implemento da do outro.

44. Sobre os defeitos do negócio jurídico, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A fraude contra credores não pode ser considerada um defeito do negócio jurídico.

b) Não se configura jamais o estado de perigo quando a assunção da obrigação excessivamente onerosa ocorre pela premência da necessidade de salvar pessoa não pertencente à família do declarante.

c) Ocorre a lesão quando uma pessoa, sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta. Aprecia-se a desproporção das prestações segundo os valores vigentes ao tempo em que foi impugnado judicialmente o negócio jurídico.

d) Subsistirá o negócio jurídico, se a coação decorrer de terceiro, sem que a parte a que aproveite dela tivesse ou devesse ter conhecimento; mas o autor da coação responderá por todas as perdas e danos que houver causado ao coacto.

45. Sobre a responsabilidade civil, assinale a alternativa CORRETA:

a) Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem ou quando o juiz assim o determinar.

b) O incapaz jamais responde pessoalmente pelos seus atos.

c) São também responsáveis pela reparação civil os que gratuitamente houverem participado nos produtos do crime, até a concorrente quantia.

d) Os donos de hotéis, hospedarias, casas ou estabelecimentos onde se albergue por dinheiro, mesmo para fins de educação, responderão pelos danos que seus hóspedes, moradores e educandos causarem, apenas quando houver *culpa in vigilando*.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Rodrigo Vaslin

46. Assinale a alternativa correta:

- a) A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, retroagirá à data de

Simuldo Juiz TRF 3º região - 28/11/2021

propositura da ação, desde que proferida por juízo competente.

- b) A citação é pressuposto de existência do processo. .
- c) Rejeitada a alegação de nulidade, tratando-se de processo de conhecimento, será deferido ao réu novo prazo para apresentação de defesa.
- d) É válida a intimação da ECT na pessoa do advogado que está cadastrado no PJe, não sendo necessária a intimação em nome da entidade.

47. Julgue os itens a seguir:

- I. A citação será feita preferencialmente por meio eletrônico, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contado da decisão que a determinar, por meio dos endereços eletrônicos indicados pelo citando no banco de dados do Poder Judiciário, conforme regulamento do Conselho Nacional de Justiça.
- II. As empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Essa regra, contudo, não se aplica à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e às entidades da administração indireta.
- III. Considera-se ato atentatório à dignidade da justiça, passível de multa de até 5% (cinco por cento) do valor da causa, deixar de confirmar no prazo legal, sem justa causa, o recebimento da citação recebida por meio eletrônico.
- IV. A citação será efetivada em até 30 dias a partir da propositura da ação.

Estão corretos os itens:

- a) I, II e III.
- b) I, III e IV.
- c) III .
- d) I e IV

48. Acerca da tutela provisória, marque a alternativa correta:

- a) A tutela provisória antecipada poderá ser concedida em caráter antecedente, liminarmente e incidentalmente a qualquer tempo, ao passo que a tutela provisória cautelar só poderá ser concedida em caráter antecedente.
- b) O ressarcimento dos prejuízos advindos com o deferimento da tutela provisória posteriormente revogada por sentença que extingue o processo sem resolução de mérito, sempre que possível, deverá ser liquidado em autos apartados.
- c) Ao despachar a reclamação, deferida a suspensão do ato impugnado, o relator pode conceder tutela provisória satisfativa correspondente à decisão originária cuja autoridade foi violada.
- d) O pedido de antecipação da tutela recursal ou de concessão de efeito suspensivo a qualquer recurso não poderá ser formulado por simples petição.

49. Em relação à tutela de evidência, julgue os itens:

- I. A tutela de evidência não depende do perigo na demora (perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo), necessitando apenas a probabilidade do direito.
- II. É inadmissível a concessão de tutela da evidência fundada em tese firmada em incidente de assunção de competência.
- III. É cabível a tutela de evidência em sede de recurso.

Estão corretos:

- a) I, II e III
- b) III
- c) II
- d) I e III

50. Sobre formação, suspensão e extinção do processo, é correto afirmar:

Simuldo Juiz TRF 3º região - 28/11/2021

- a) Durante a suspensão do processo é vedado praticar qualquer ato processual, podendo o juiz, mesmo no caso de arguição de impedimento e de suspeição, determinar a realização de atos urgentes a fim de evitar dano irreparável.
- b) Ocorrendo a morte da parte, se o direito discutido no processo for intransmissível, o processo deve ser extinto com julgamento do mérito.
- c) Verificada a incapacidade processual ou a irregularidade da representação da parte, o juiz suspenderá o processo e designará prazo de 15 (quinze) dias para que seja sanado o vício.
- d) É admissível a emenda à inicial, antes da citação, para a substituição de executado pelo seu espólio, em execução ajuizada em face de devedor falecido antes do ajuizamento da ação.

51. Considere as seguintes afirmativas sobre o tema da petição inicial no âmbito do Código de Processo Civil e assinale a correta:

- a) Compreendem-se no principal os juros legais, a correção monetária e as verbas de sucumbência, inclusive os honorários advocatícios.
- b) É lícita a cumulação, em um único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos, desde que entre eles haja necessária conexão.
- c) Quando, para cada pedido, corresponder tipo diverso de procedimento, será admitida a cumulação se o autor empregar o procedimento comum, sendo absolutamente vedado o emprego das técnicas processuais diferenciadas previstas nos procedimentos especiais a que se sujeitariam um ou mais pedidos cumulados.
- d) Na obrigação indivisível com pluralidade de credores, somente aquele que participou do processo receberá sua parte, deduzidas as despesas na proporção de seu crédito.

52. Sobre as hipóteses de indeferimento da petição inicial e de improcedência liminar do pedido, assinale a alternativa correta, de acordo com o Código de Processo Civil de 2015:

- a) A inépcia da petição inicial, a manifesta ilegitimidade da parte e a ausência de interesse processual são hipóteses de indeferimento da petição inicial.
- b) A apelação interposta contra sentença que indefere a petição inicial não admite juízo de reconsideração.
- c) A apelação interposta contra sentença que indefere a petição inicial não será objeto de contraditório e será imediatamente remetida ao tribunal competente.
- d) A sentença que declara, liminarmente, prescrição ou decadência é decisão de indeferimento da petição inicial.

53. No que diz respeito ao julgamento antecipado parcial do mérito, assinale a alternativa correta.

- a) A decisão proferida com base em julgamento antecipado parcial do mérito não é impugnável por agravo de instrumento.
- b) A decisão que julgar parcialmente o mérito não poderá reconhecer a existência de obrigação ilíquida.
- c) A liquidação e o cumprimento da decisão que julgar parcialmente o mérito deverão ser processados nos mesmos autos.
- d) O juiz decidirá parcialmente o mérito quando um ou mais dos pedidos formulados ou parcela deles se mostrar incontroverso e não houver necessidade de produção de outras provas.

54. Sobre a revelia, assinale a alternativa incorreta:

- a) Se o réu for revel e ocorrer os efeitos da revelia, não havendo requerimento para produção de outras provas, o juiz poderá proceder ao julgamento antecipado do mérito do processo.
- b) Ocorrendo a revelia, reputam-se verdadeiros somente os fatos alegados pelo autor e não a matéria jurídica.

Simuldo Juiz TRF 3º região - 28/11/2021

- c) Presumir-se-ão verdadeiras todas as alegações de fato formuladas pelo autor, quando não impugnadas pela parte adversa.
- d) Havendo litisconsórcio simples, o afastamento do efeito material da revelia depende do conteúdo da contestação.

55. Sobre a reconvenção, assinale a alternativa correta:

- a) A reconvenção pode ser proposta apenas contra o autor, jamais contra terceiro.
- b) O réu não pode propor reconvenção sem oferecer contestação.
- c) Se o autor for substituto processual, o reconvinte deverá afirmar ser titular de direito em face do substituto, e a reconvenção deverá ser proposta em face do autor, também na qualidade de substituto processual.
- d) A desistência da ação ou a ocorrência de causa extintiva que impeça o exame de seu mérito não obsta ao prosseguimento do processo quanto à reconvenção.

DIREITO EMPRESARIAL

Alessandro Sanchez

56. Responda a questão a seguir de acordo com o Capítulo II (Do Nome Empresarial) do Código Civil Brasileiro, assinalando a assertiva INCORRETA:

- a) A sociedade cooperativa funciona sob firma integrada pelo vocábulo "cooperativa".
- b) A omissão da palavra "limitada" determina a responsabilidade solidária e ilimitada dos administradores que assim empregarem a firma ou a denominação da sociedade.
- c) A sociedade em que houver sócios de responsabilidade ilimitada operará sob denominação, na qual somente os nomes daqueles poderão figurar, bastando para formá-la aditar ao nome de um deles a expressão "e companhia" ou sua abreviatura.

- d) Cabe ao prejudicado, no prazo de dois anos, ação para anular a inscrição do nome empresarial feita com violação da lei ou do contrato.

57. Em relação ao trespasse e os credores do alienante, as obrigações contratuais e a responsabilidade das partes envolvidas no negócio, é correto afirmar que:

- a) O alienante não poderá restabelecer-se no mesmo ramo, em hipótese alguma, pelo prazo máximo de 5 anos subsequentes à transferência, sob pena de responder por concorrência desleal.
- b) O contrato de locação do imóvel é transferido automaticamente para o adquirente do estabelecimento, permitindo a continuidade na exploração do estabelecimento.
- c) O alienante responderá solidariamente com o adquirente pelo prazo de 1 ano, pelas dívidas vencidas e vincendas, variando o termo inicial de contagem do prazo de acordo com a data de vencimento.
- d) As marcas de titularidade do alienante não poderiam ser cedidas isoladamente, razão pela qual se mostrava imprescindível sua transferência simultânea à do estabelecimento.

58. O endosso é o ato típico de transmissão dos títulos de crédito, dentre eles a Letra de Câmbio. A respeito do endosso, prevê o Anexo I do Decreto 57.663/66:

- a) É admitido o endosso parcial.
- b) O endossante poderá inserir cláusula que subordine o endosso ao cumprimento de uma condição.
- c) A partir do endosso, o endossante sempre responderá pelo aceite e pelo pagamento do título, inevitavelmente.
- d) O endosso posterior ao vencimento produz os mesmos efeitos que o anterior.

59. Com base nas normas aplicáveis às sociedades contratuais, é CORRETO afirmar que:

- a) A incapacidade superveniente não é causa de exclusão de sócio, impondo-se a propositura de ação judicial caso a maioria dos demais sócios assim delibere.

Simuldo Juiz TRF 3º região - 28/11/2021

- b) Não haverá mudança de nacionalidade de sociedade brasileira sem o consentimento unânime dos sócios.
- c) Admite-se aos cônjuges contratar sociedade, desde que casados pelo regime de separação absoluta de bens, comunhão parcial e participação final nos aquestos.
- d) O menor, absoluta ou relativamente incapaz, não pode ser sócio, desde que não tenha poder de administração.

60. Sobre os seguintes títulos de crédito, é correto afirmar que

- a) A duplicata não aceita deve ser protestada para que haja pretensão executiva contra o devedor principal.
- b) na Cédula de Produto Rural física, o endossante responde pela entrega do produto.
- c) no cheque, o endosso parcial é admitido, desde que aposto de maneira inequívoca no título.
- d) nos títulos atípicos, é vedado o pagamento parcial da soma constante do título.

61. Sobre as sociedades limitadas, assinale a alternativa correta.

- a) É possível que as quotas possuam valores desiguais.
- b) As omissões do seu regime legal são, em qualquer hipótese, supridas pelas normas de sociedades anônimas.
- c) A aprovação de exclusão de sócio deve levar em consideração a unanimidade de sócios.
- d) Qualquer sócio minoritário pode eleger, separadamente, um membro do conselho fiscal.

DIREITO TRIBUTÁRIO E FINANCEIRO

Matheus Pontalti

CANCELADA

DIREITO AMBIENTAL

Thiago Leite

71. Quanto à outorga de direitos de uso de recursos hídricos, assinale a alternativa correta:

- a) Toda outorga de direitos de uso de recursos hídricos far-se-á por prazo não excedente a trinta e cinco anos, renovável.
- b) A outorga de direitos de uso de recursos hídricos implica a alienação parcial das águas.
- c) A outorga de direito de uso de recursos hídricos, à cargo da União (ANA), poderá ser suspensa parcial ou totalmente, em definitivo ou por prazo determinado, caso haja ausência de uso por dois anos consecutivos.
- d) Depende de outorga pelo Poder Público, conforme definido em regulamento, o uso de recursos hídricos para a satisfação das necessidades de pequenos núcleos populacionais, distribuídos no meio rural.

72. Sobre o IPTU progressivo no tempo, como instrumento da política urbana, previsto no Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001), assinale a alternativa correta.

- a) É permitida a concessão de isenções ou de anistia relativas à tributação progressiva.
- b) Caso a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar não esteja atendida em cinco anos, o Município manterá a cobrança pela alíquota mínima, até que se cumpra a referida obrigação, garantida a prerrogativa relacionada a desapropriação sancionatória urbana.
- c) Em caso de descumprimento das condições e dos prazos previstos no Estatuto da Cidade, o Município procederá à aplicação do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU) progressivo no tempo, mediante a majoração da alíquota pelo prazo de dez anos consecutivos.
- d) O valor da alíquota a ser aplicado a cada ano será fixado em lei específica e não excederá a duas vezes o valor referente ao ano anterior, respeitada a alíquota máxima de quinze por cento.

Simuldo Juiz TRF 3º região - 28/11/2021

73. Quanto a competência em matéria ambiental, assinale a alternativa correta:

- a) A competência material/administrativa ambiental é concorrente entre União, Estados e DF.
- b) A competência legislativa ambiental é concorrente entre União, Estados e DF.
- c) A competência para legislar sobre direito urbanístico é comum a todos os entes da federação.
- d) Leis ordinárias fixarão normas para a cooperação entre a União e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional, no âmbito da competência administrativa ambiental.

74. Não é objetivo do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC:

- a) Promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento.
- b) Contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais.
- c) Proteger as características relevantes de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural.
- d) Valorizar politicamente a diversidade biológica.

75. Acerca da política nacional de biossegurança, assinale a alternativa correta:

- a) Compete ao Conselho Nacional de Biossegurança – CNBS avocar e decidir, em primeira instância, sobre os processos relativos a atividades que envolvam o uso comercial de OGM e seus derivados.
- b) Compete ao Conselho Nacional de Biossegurança – CNBS estabelecer normas para as pesquisas com OGM e derivados de OGM.
- c) O Conselho Nacional de Biossegurança – CNBS, vinculado à Presidência da República, é órgão de

assessoramento superior do Presidente da República para a formulação e implementação da Política Nacional de Biossegurança – PNB.

- d) Toda instituição que utilizar técnicas e métodos de engenharia genética ou realizar pesquisas com OGM e seus derivados deverá solicitar a criação, por parte da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio, de uma comissão responsável por investigar a ocorrência de acidentes e as enfermidades possivelmente relacionados a OGM e seus derivados.

76. “Área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas”. Esta descrição corresponde ao conceito de:

- a) Reserva legal.
- b) Área de preservação permanente.
- c) Unidade de conservação.
- d) Área rural consolidada.

77. Sobre a servidão ambiental assinale a alternativa correta:

- a) Não há previsão da servidão ambiental gratuita, haja vista o princípio do protetor recebedor.
- b) O prazo mínimo da servidão ambiental temporária é de 5 (cinco) anos.
- c) O detentor da servidão ambiental não poderá aliená-la, cedê-la ou transferi-la, total ou parcialmente, por prazo determinado ou em caráter definitivo, em favor de outro proprietário ou de entidade pública ou privada que tenha a conservação ambiental como fim social.
- d) A servidão ambiental perpétua equivale, para fins creditícios, tributários e de acesso aos recursos de fundos públicos, à Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN.

Simuldo Juiz TRF 3º região - 28/11/2021

78. Os serviços públicos de saneamento básico serão prestados com base, dentre outros, no seguinte princípio fundamental:

- a) Universalização do acesso e potencial prestação do serviço.
- b) Prestação regionalizada dos serviços, com vistas à geração de ganhos de escala e à garantia da universalização e da viabilidade técnica e econômico-financeira dos serviços.
- c) Prestação alternativa dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário.
- d) Disponibilidade, nas áreas rurais, de serviços de drenagem e manejo das águas pluviais, tratamento, limpeza e fiscalização preventiva das redes, adequados à saúde pública, à proteção do meio ambiente e à segurança da vida e do patrimônio público e privado.

79. Qual das atividades abaixo não se encaixa no conceito de serviços públicos de manejo das águas pluviais urbanas:

- a) Tratamento e disposição final de águas pluviais urbanas.
- b) Drenagem urbana.
- c) Detenção ou retenção de águas pluviais urbanas para amortecimento de vazões de cheias.
- d) Abastecimento público de água potável.

80. Acerca da teoria geral do direito ambiental, assinale a alternativa correta:

- a) O direito ao meio ambiente equilibrado, por não estar arrolado no rol do artigo 5º, da Constituição Federal, não é direito humano fundamental.
- b) O conceito de meio ambiente se resume ao meio ambiente natural, por expressa previsão do artigo 3º, I, da Lei nº 6.938/81.

c) São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.

d) Aplica-se o princípio da precaução para evitar degradação ambiental quando os danos decorrentes do empreendimento ou atividade são conhecidos, certos.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Rodolfo Penna

81. Sobre os princípios da Administração Pública, assinale a alternativa correta.

- a) Conforme o STJ, o princípio da continuidade dos serviços públicos não impede a interrupção do fornecimento de energia elétrica destinada à iluminação pública de hospital municipal inadimplente.
- b) O princípio da eficiência foi introduzido na Constituição Federal de 1988 como parte do esforço para a reforma gerencial da administração pública.
- c) Em observância à autonomia da vontade, respeitada a prevalência do interesse público, os acordos entre particulares e a administração pública afastam a incidência de normas de direito público.
- d) A vedação à prática do nepotismo abrange toda a administração pública, exceto as empresas estatais, em função do regime híbrido de pessoal a que estão submetidas.

82. Acerca da organização da Administração Pública, assinale a alternativa correta.

- a) Os órgãos públicos, como o Tribunal de Justiça, podem propor ação judicial em nome próprio, quando se tratar de órgãos de cúpula da Administração Pública, exclusivamente para defesa de seus interesses institucionais.
- b) A natureza jurídica das fundações públicas depende exclusivamente do que dispõe a lei, ou seja, se afirma

Simuldo Juiz TRF 3º região - 28/11/2021

que a fundação possui personalidade jurídica de direito público ou de direito privado.

c) ente consorciado poderá ser excluído do consórcio público, independentemente de prévia suspensão, o ente consorciado que não consignar, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio.

d) Os conselhos profissionais, por possuírem natureza de autarquia, pagam os débitos decorrentes de decisão judicial mediante precatório.

83. No que diz respeito aos poderes da Administração Pública, julgue os itens a seguir.

I – O poder disciplinar é sempre discricionário.

II – Os decretos executivos, de competência privativa do Presidente da República, podem instituir direitos e obrigações aos administrados.

III – O Poder de polícia não pode ser delegado às guardas municipais.

Estão corretos a(s) afirmação(ões):

a) I e III, somente.

b) III, somente.

c) I e II, somente.

d) II e III, somente.

84. Sobre Licitações, nos termos da Lei 14.133/2021, é correto afirmar:

a) É inexigível a licitação nos casos de objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento.

b) É inexigível a licitação nos casos em que a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.

c) É dispensável a licitação para a aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser

fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos.

d) É dispensável a licitação para a aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha.

85. Em relação aos Serviços Públicos, é correto afirmar:

a) Em um contrato de concessão pública, o poder concedente poderá autorizar que os financiadores e garantidores da concessionária assumam temporariamente o controle da administração, o que lhes acarretará responsabilidade em relação à tributação, encargos, ônus, sanções, obrigações ou compromissos com terceiros.

b) A caducidade da concessão poderá ser declarada pelo poder concedente quando a concessionária não atender a intimação do poder concedente para, em 90 dias, apresentar a documentação relativa a regularidade fiscal, no curso da concessão.

c) Não se caracteriza como descontinuidade do serviço a sua interrupção por razões de ordem técnica, em situação de emergência.

d) É vedado à concessionária de serviço público contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao serviço concedido, bem como a implementação de projetos associados.

86. Acerca dos Concursos Públicos, é correto afirmar:

a) É constitucional a remarcação de curso de formação para o cargo de agente penitenciário feminino de candidata que esteja lactante à época de sua realização, desde que haja previsão expressa em edital do concurso público.

b) Segundo o STJ, no edital de concurso público não é necessária a previsão exaustiva de subtemas pertencentes ao tema principal de que poderão ser referidos nas questões do certame.

c) O encerramento do concurso público acarreta a perda do objeto da ação mandamental na qual se

Simuldo Juiz TRF 3º região - 28/11/2021

discute suposta ilegalidade praticada em etapa do certame.

d) Nos casos de preterição de candidato na nomeação em concurso público, o termo inicial do prazo prescricional trienal recai na data em que foi nomeado outro servidor no lugar do aprovado no certame.

87. Considerando-se a edição da Lei n. 14.230/2021, que alterou substancialmente a Lei n. 8.429/92, é incorreto afirmar:

a) A ação por improbidade administrativa é repressiva, de caráter sancionatório, e constitui ação civil.

b) Aplicam-se ao sistema de improbidade os princípios constitucionais do direito administrativo sancionador.

c) É vedado o ajuizamento da ação por improbidade administrativa para o controle de legalidade de políticas públicas e para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos.

d) A ação por improbidade administrativa é repressiva, de caráter sancionatório, destinada à aplicação de sanções de caráter pessoal previstas nesta Lei, e não constitui ação civil.

88. Acerca da Responsabilidade Civil do Estado, é correto afirmar:

a) A pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviço público não possui responsabilidade civil em razão de dano decorrente de crime de furto praticado em suas dependências.

b) A responsabilidade civil por danos nucleares é integral, podendo ser afastada em casos extremos de força maior.

c) A responsabilidade por dano ambiental é objetiva, informada pela teoria do risco administrativo.

d) Não se caracteriza a responsabilidade civil objetiva do Estado por danos decorrentes de crime praticado por pessoa foragida do sistema prisional, quando não demonstrado o nexo causal direto entre o momento da fuga e a conduta praticada.

89. No que diz respeito aos Bens Públicos, é correto afirmar:

a) A ocupação indevida de bem público configura posse, suscetível de retenção ou indenização por acessões e benfeitorias.

b) Bem público imóvel será alienado mediante licitação na modalidade leilão, independentemente do valor do bem, atendidos os demais requisitos legais.

c) As terras devolutas indispensáveis à preservação do meio ambiente são bens de titularidade dos Estados.

d) Entre os bens públicos, apenas os dominicais são sujeitos a usucapião, sendo imprescritíveis tanto os bens de uso comum do povo como os bens de uso especial.

90. Acerca da Intervenção do Estado na Propriedade Privada, é correto afirmar

a) Não se encontrando averbada no registro imobiliário antes da vistoria, a reserva florestal não poderá ser excluída da área total do imóvel desapropriando para efeito de cálculo da produtividade do imóvel rural.

b) As restrições ao direito de propriedade, impostas por normas ambientais configuram desapropriação indireta quando esvaziarem seu conteúdo econômico.

c) Em ação de desapropriação indireta não é cabível reparação decorrente de limitações administrativas.

d) Configura desapropriação indireta quando o Estado realiza serviços públicos de infraestrutura em gleba cuja invasão por particulares apresenta situação consolidada e irreversível.

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

Vanessa Arns

91. A respeito dos tratados internacionais, conforme o previsto na Convenção de Viena de 1969, assinale a opção correta.

a) Como regra, um Estado não pode invocar as disposições de seu direito interno para justificar o inadimplemento de um tratado, salvo na hipótese de violação manifesta a norma de direito interno de importância fundamental sobre competência para concluir tratados.

b) A Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados, de 1969, conceitua como tratado o acordo internacional concluído por escrito entre Estados e regido em conformidade com o direito internacional, desde que sua denominação se inicie por um dos seguintes termos: tratado, acordo ou pacto.

c) A reserva significa uma declaração unilateral feita por um Estado, ao assinar, ratificar, aceitar ou aprovar um tratado, com o objetivo de excluir ou modificar efeito jurídico de certas disposições de um tratado multilateral ou bilateral.

d) Para que um tratado internacional entre em vigor é necessário que ele seja registrado na Secretaria das Nações Unidas.

92. Sobre a aplicação de tratados internacionais com normas contraditórias entre si, aponte a afirmativa incorreta:

a) quando os dois tratados não têm como contratantes os mesmos Estados, estabelecendo-se entre um Estado parte em ambos os tratados e um Estado parte somente no tratado mais recente, aplica-se o mais recente.

b) quando os dois tratados não têm como contratantes os mesmos Estados, estabelecendo-se entre um Estado parte em ambos os tratados e um Estado parte somente no tratado anterior, aplica-se o tratado anterior.

c) entre os Estados parte nos dois tratados só se aplica o anterior no que ele não for compatível com o novo tratado.

d) a violação de um tratado pode sujeitar o Estado a ser responsabilizado em âmbito internacional, sendo que os conflitos porventura existentes são na maioria das vezes resolvidos por meio de interpretação.

93. Sobre as fontes e características do direito internacional público, assinale a afirmativa correta:

a) Admite-se a desnecessidade de obrigatoriedade de um costume internacional se o Estado provar de forma efetiva que se opôs ao seu conteúdo desde a sua formação.

b) Não há previsão expressa de princípios gerais do direito internacional público no Estatuto da CIJ.

c) O Estatuto da CIJ estabelece que as decisões proferidas pelas organizações internacionais sejam consideradas fontes do direito internacional público.

d) A corrente voluntarista considera que a obrigatoriedade do direito internacional deve basear-se no consentimento dos cidadãos.

94. São sujeitos de Direito Internacional Público, exceto:

a) Estados

b) Microestados

c) Organizações Internacionais

d) Organizações não-governamentais

95. Luiz é brasileiro naturalizado e casado com Thayse, de nacionalidade italiana. Luiz foi transferido pela empresa onde trabalha para a filial na Argentina, estabelecendo-se com sua esposa em Buenos Aires. Em 07/07/2019, lá nasceu Juliana, filha do casal, que foi registrada na repartição consular do Brasil.

Simuldo Juiz TRF 3º região - 28/11/2021

De acordo com as normas constitucionais vigentes, assinale a afirmativa correta.

- a) Juliana não pode ser considerada brasileira nata, em virtude de a nacionalidade brasileira de seu pai ter sido adquirida de modo derivado e pelo fato de sua mãe ser estrangeira.
- b) Juliana é brasileira nata, pelo simples fato de seu pai, brasileiro, ter-se deslocado por motivo de trabalho, em nada influenciando o modo como Rafael adquiriu a nacionalidade.
- c) Juliana somente será brasileira nata se vier a residir no Brasil e fizer a opção pela nacionalidade brasileira após atingir a maioridade.
- d) Juliana é brasileira nata, não constituindo óbice o fato de seu pai ser brasileiro naturalizado e sua mãe, estrangeira.

DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

Vanessa Arns

96. Sobre o auxílio direto na cooperação internacional, é incorreto afirmar:

- a) O auxílio direto pode ser utilizado para obtenção e prestação de informações sobre o ordenamento jurídico e sobre processos administrativos, inclusive os finalizados
- b) Por meio do pedido de auxílio direto é possível realizar a colheita de provas, salvo se a medida for adotada em processo, em curso no estrangeiro, de competência exclusiva de autoridade judiciária brasileira.
- c) A solicitação de auxílio direto será encaminhada pelo órgão estrangeiro interessado à autoridade central, cabendo ao Estado requerido assegurar a autenticidade e a clareza do pedido.
- d) O Ministério Público poderá requerer em juízo a medida solicitada pela via do auxílio direto passivo, nos casos em que for autoridade central.

97. Sobre o sistema de regulação de investimentos e fluxo de capital estrangeiro no atual ordenamento jurídico da República Federativa do Brasil, assinale a afirmativa incorreta.

- a) É vedada a participação de capital estrangeiro nas empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens, uma vez que sua propriedade é privativa de brasileiros natos.
- b) A propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de sons e imagens é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País.
- c) Pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante das empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens deverá pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, que exercerão obrigatoriamente a gestão das atividades e estabelecerão o conteúdo da programação.
- d) A responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, em qualquer meio de comunicação social..

98. Juan Carlos, ex-deputado argentino, após deixar o cargo que exercia em seu país de origem, sabedor de que existe uma investigação em curso na Colômbia, opta por fixar residência no Brasil, pelo fato de ser estrangeiro casado com brasileira, com a qual tem dois filhos pequenos. Anos depois, já tendo se naturalizado brasileiro, o governo da Colômbia pede a sua extradição em razão de sentença que o condenou por crime praticado quando deputado.

Essa extradição:

- a) não poderá ser concedida, porque o Brasil não extradita seus nacionais naturalizados.
- b) não poderá ser concedida, porque o extraditando tem filhos menores sob sua dependência econômica.
- c) poderá ser concedida, porque o extraditando não é brasileiro nato.

Simuldo Juiz TRF 3º região - 28/11/2021

d) poderá ser concedida se o país de origem do extraditando tiver tratado de extradição com o Brasil.

99. João e Maria se casaram no Brasil e se mudaram para a Itália, onde permaneceram por quase 4 anos. Após um período difícil, o casal, que não tem filhos, nem bens, decide, de comum acordo, se divorciar e Maria pretende retornar ao Brasil.

Com relação à dissolução do casamento, assinale a afirmativa correta

a) O divórcio só poderá ser requerido no Brasil, já que o casamento foi realizado no Brasil.

b) O divórcio, se efetivado na Itália, precisa ser reconhecido e homologado perante o STJ para que tenha validade no Brasil.

c) O divórcio consensual pode ser reconhecido no Brasil sem que seja necessário proceder à homologação.

d) Para requerer o divórcio no Brasil, o casal deverá, primeiramente, voltar a residir no país.

100. Considere que o Brasil assinou, recentemente, um tratado internacional que versa sobre direitos humanos. Tal tratado foi internalizado conforme procedimento previsto pela Emenda Constitucional 45, de 8 de dezembro de 2004. Qual a hierarquia desse tratado?

a) Emenda Constitucional

b) Legal

c) Supralegal

d) Infralegal

Simulado Juiz TRF 3º região - 28/11/2021

Preencha seu Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-Juiz-TRF3-28-11-21>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://bit.ly/Assinatura-ECJ>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>
